

## **HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO AMAZÔNICA: ASPECTOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS QUE INFLUENCIARAM A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES DA REGIÃO**

Bruna Cristina da Silva Santos; Ana Gabriela da Cruz Gonçalves; Yonara das Neves da Silva Santos; Giovanna Evellyn de Sousa Jaques

*Universidade Federal do Pará Campus Castanhal/Email: [pedcuncast@gmail.com](mailto:pedcuncast@gmail.com)*

### **INTRODUÇÃO**

Ao abordarmos o assunto educação na Amazônia é quase impossível não nos remetermos às missões jesuítas, que a princípio, tinham um foco meramente religioso, ou seja, inicialmente o objetivo era a salvação de almas (pois os indígenas eram vistos como selvagens e canibais). No entanto esse objetivo sofreu alterações, passando a educação a ser um importante meio de formação e controle nestas missões religiosas. Por isso as missões exerceram um papel crucial na região amazônica, no que tange os aspectos culturais, religiosos, políticos e educacionais.

Adentrando no aspecto educacional, podemos deduzi-lo como uma forma de sanar a necessidade de comunicação entre portugueses e indígenas e conseqüentemente como um método de controle, na carta de Caminha ao rei Dom Manuel ficando evidente essa necessidade de comunicação como podemos ver,

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos (...) se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual preza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa (CAMINHA, 1999:54 apud OLIVEIRA, 2006, p.26).

Percebemos então que há uma exaltação da religiosidade europeia em detrimento a religiosidade indígena, sendo importante frisar a significância desta imposição religiosa e posteriormente à educação jesuítica na Amazônia conseqüentemente as mudanças ocorridas a partir desse período histórico, é que ao longo deste artigo discorreremos os impactos causados não somente nos aspectos educacionais, mas também políticos decorrentes desse contato com

as populações indígenas, destacando também alguns pontos negativos decorrentes desta interação.

## **METODOLOGIA**

O trabalho se desenvolveu por meio da estratégia pedagógica inicial, proposta para a disciplina história da educação no Brasil e na Amazônia,<sup>1</sup> onde realizamos uma visita a Cidade de Belém, mais especificamente ao Complexo Feliz Lusitânia, no intuito de perceber marcas do passado no presente, por meio do patrimônio cultural deixado pelos colonizadores europeus na Amazônia, a exemplo disso temos o processo de mudanças sofridas pelos índios por meio da catequização e além do aspecto religioso, a vida cotidiana dos nativos simultaneamente sofreu alterações.

A partir desta visita buscamos analisar os aspectos educacionais iniciados pelas missões jesuítica no Brasil e as mudanças que vieram ocorrendo no campo da educação após esse contato inicial com a educação, analisando reformas educacionais ocorridas nos séculos XIX ao XX é a criação dos grupos escolares no estado do Pará.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **1. EDUCAÇÃO JESUÍTICA NA AMAZÔNIA E SEUS ASPECTOS POLÍTICOS**

Sabe-se que os jesuítas vieram ao Brasil em 1549, ainda no período inicial das ocupações portuguesa, e com o passar do tempo se transformaram em ordem docente, no início seu objetivo era apenas a catequização das populações indígenas, para que eles conhecessem-se os preceitos da igreja católica e assim torna-los “humanizados”. No entanto junto a esta vertente religiosa veio a necessidade de educação a estes povos o que veio a se estender estendeu-se aos filhos de moradores advindos de Portugal.

Havia um grande incentivo por parte dos padres para que os nativos aprendessem uma língua geral, a fim de facilitar o processo de catequização e educação, (pois eram diversos dialetos existentes entre os povos indígenas), utilizando-se de recursos visuais, como cruzes e os ofícios dos sacramentos, para que os índios pudessem assimilar melhor o que lhes

---

<sup>1</sup> A referida disciplina é componente curricular do curso de pedagogia da universidade Federal do Pará, campus castanhal, sob orientação do Prof. Dr. Sergio Bandeira do Nascimento.

era ensinado. Adotando também o Ratio Studiorum<sup>2</sup> para legitimar suas ações do interior dos Aldeamentos no que tange a educação.

Os nativos tinham os aldeamentos como uma espécie de proteção contra a mão de obra escrava, pois eram fortemente defendidos e “resguardados” pelos jesuítas. Foi por meio do regimento de 1680 que os indígenas foram reconhecidos como filhos da terra, de certa forma não podiam servir mais como mão de obra escrava. “Esta lei proibia a escravidão do indígena mesmo que conquistado por resgate ou por “guerra justa”” (OLIVEIRA, 2006, p.41).

Consequentemente a esse fato havia muitos conflitos entre colonos e Jesuítas, principalmente com relação aqueles que tinham como objetivo escravização dos indígenas. Com a criação da Companhia Geral se concretiza a substituição dos controles dos aldeamentos das mãos dos jesuítas para a mão de leigos, segundo Damasceno “Mendonça Furtado extingue o regimento das Missões e estabelece o “Diretório<sup>3</sup>”” (2014, p.108). Esse diretório encaminhou a expulsão dos jesuítas do Brasil. Sendo concretizada esta expulsão em 1759, por conflitos de interesse com relação à coroa. Mas no decorrer do afastamento destas ordens jesuíticas da Brasil, surgiram novas formas de sistemas educacionais de caráter estatal, controlado e regido pela coroa portuguesa, como forma de preencher as lacunas deixo no que tange a obtenção do conhecimento.

A educação no Brasil colonial pode ser dividida em duas fases: antes e depois de 1760. A primeira foi eminentemente jesuítica, embora seja discutível o aparente caráter exclusivamente privado da escola, face à união entre Estado e a Igreja e aos favores oficiais concedidos aos inacianos. Mas, a partir da expulsão da Companhia, pela primeira vez, reconhecia-se de maneira inequívoca a educação como dever do Estado. (AVELLAR, 1983 apud DAMASCENO, 2014, p.109)

A educação passa a ser submetida aos fins do Estado, pois segunda a autora “as escolas constituem numa imposição estatal, fruto de sua necessidade, de seu projeto político de colonização, por conseguinte, de aculturação” (DAMASCENO, 2014, p.110). Por meio da escolarização os governantes podiam impor sua cultura, aquilo que lhe interessava, tendo em vista atender seus interesses.

## **2. AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO OCORRIDAS NO SÉCULO XIX**

---

<sup>2</sup> Documento publicado em 1599 pela ordem jesuítica, denominado Ratio Studiorum Societatis Jesus citado de forma simplificada como Ratio Studiorum. Documento que estipulava o funcionamento escolar, estabelecendo os deveres dos educadores e estudantes. (TOISHIMA, 2012)

<sup>3</sup>Documento instituído no ano de 1757 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cujo o objetivo era proibir o uso da língua geral e estabelecer como obrigatório o uso da língua portuguesa em todo o território nacional, tendo por foco corrigir o Alvara de 1755, e fecha ainda mais o circo dos jesuítas. (CAMURRA, 2008)

Como já discorremos anteriormente as reformas na educação ocorridas no período colonial foram feitas por meio do Ratio Studiorum, coordenada pelos jesuítas e posteriormente por meio do diretório, formulado a partir do governo de Pombal (que vai do ano de 1750 a 1777), adentraremos agora no período imperial que vai de 1822 a 1889.

O contexto histórico que norteia este período é a independência do Brasil e suas consequências até a culminância da República, no que tange a educação o dito período imperial é conhecido como um “rito de passagem” este se caracteriza pela confusão de ideias, como se estas ainda estivessem se organizando até tomar forma de fato.

Uma nova classe estava em ascensão, a burguesia, a qual desejava ter os mesmos direitos que a elite aristocrata.

O século XIX passou a apresentar uma estratificação social mais complexa que a do período colonial. A pequena burguesia, classe emergente, desempenhou papel relevante, afirmando-se como classe reivindicadora e assim agiu sobre a educação escolarizada. Frequentava a escola da mesma forma que a aristocracia, e também recebia uma educação de elite. (RIBEIRO, 1993, p. 17)

Sendo assim, as reformas feitas anteriores ao período imperial já não satisfaziam esse novo perfil que a sociedade estava assumindo, a necessidade de que a educação chegasse até as “camadas mais baixas” era crescente. No entanto Apesar das múltiplas discussões acerca do assunto, podemos observar uma grande contrariedade, já que esse desejo de uma educação abrangente confrontava os interesses e limites impostos por aqueles que detinham o poder nas mãos.

A educação pensada no século XIX tinha por objetivo apenas o ensino das ditas primeiras letras, não tendo intuito de se estabelecer um estreitamento desta com os outros níveis mais elevados de educação (secundário e superior), “pois nessa perspectiva, pode-se afirmar, como muito faziam à época, que, para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras” (FARIA FILHO, 2003, p.136).

Entendia-se que a educação era uma forma de instruir a população brasileira criando uma identidade civilizada, ou seja, as classes ditas inferiores teriam acesso ao letramento e assim o Brasil não mais seria visto como um lugar de “selvagens”.

A instrução possibilitaria arremessar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade de governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente mas, também, dotar esse estado de condições de governo. (FARIA FILHO, 2003, p. 137)

Os interesses políticos intrínsecos a esse processo de estímulo a uma educação mais abrangente são bem evidentes. Outro fator a ser observado é a influência da ditadura militar na área educacional, “O Ato Institucional de 1834 descentralizou a responsabilidade educacional. Às províncias, caberia o direito de legislar e controlar o ensino primário e médio” (RIBEIRO, 1993, p.17).

Mais adiante temos a transformação do ensino, que vai do ensino das primeiras letras a instrução elementar, a qual tinha uma especificidade em relação à primeira.

Nessa perspectiva, a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social. (FARIA FILHO, 2003, p. 139)

A partir de então a necessidade de um modelo mais avançado foi crescente, conseqüentemente tivemos nesse período muitas mudanças, ou melhor, aperfeiçoamentos de um modelo de educação para o outro, inclusive em seus aspectos de ordem técnico-pedagógica, como no caso dos métodos de ensino.

### **3. A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO PARÁ**

Considerando-se o quadro de reformas educativas pelo qual o Brasil passava na transição dos séculos XIX para o XX e com a emergência do regime republicano em nosso país, podemos perceber que os sistemas educativos no Pará não foram diferentes do quadro histórico nacional. Neste sentido, as reformas ocorridas no ensino no século XIX no cenário paraense nos mostram que, as transformações no ensino no período republicano não se deram repentinamente, mas foram processos longos e por etapas, onde cada um dos seus governadores deixou suas marcas, ocorridas por meio de atos institucionais.

Com a proclamação da República, o primeiro governador do estado do Pará foi Lauro Sodré, que por meio de seu posicionamento claramente positivista (a qual a educação tinha por objetivo formar profissionais aptos aos trabalhos necessários) influenciou a constituição desse regime republicano no estado paraense. Em seu primeiro governo era evidente o forte resquício do sistema monarquia, com isso, fez-se necessário grandes reformas e uma das mais impactantes foi, a efetivação do ensino público vinculado ao estado, e outras como a mudança dos conteúdos a serem ensinados.

Portanto as escolas construídas após essa passagem do governo Imperial para a República seriam espaços formativos com estrutura arquitetônica vistosa e grandiosa, a qual representava o modelo arquitetônico da época, substituído os modelos rústicos, a qual predominava exclusão devido à falta de espaço.

O objetivo dessas reformas era deixar para trás o modelo monárquico, onde uma simples medida como, a mudança do nome de ruas, tornava-se necessária a fim de consolidar um novo período da história brasileira, mudanças no sistema educacional também foram vistas como necessárias, devido a cobranças de grandes parcelas da população que objetivavam o desenvolvimento do Estado. Muitas reformas no sistema de ensino representaram esse ideário de progresso e desenvolvimento.

O que pode ser notado é que ao invés de recuar em meio à crise educacional a solução foi investir mais, contratando profissionais e criando novas cadeiras nas cidades que estavam com dificuldades no ensino, o que demonstra o rumo crescente da educação estatal. (COSTA, CORRÊA, 2010, p.02)

Planos e medidas foram tomadas nesse período, de forma a tornar a educação mais eficiente, estando os profissionais da educação no centro destas medidas, considerando-se de fundamental importância a aquisição de habilidade modificando assim para uma educação unificada em todas as regiões do estado (COSTA, CORRÊA, 2010).

Percebe-se então a importância de programar espaços adequados à formação destes profissionais, devido às mudanças econômicas advindas com o ciclo da borracha, o que foi possível com efetivação destes espaços na capital paraense. A partir dos avanços econômicos houve-se a necessidades de melhorias também no sistema de ensino (estruturas e prédios) ocorrido também por meio de cobranças sócias.

Mediante os avanços suscitados com a modernidade, a indústria, o comércio, a construção civil, a urbanização e muitos outros setores necessitavam de mão-de-obra qualificada, e o governo republicano conhecendo bem essas carências, tenta saná-las através da instrução ofertada nas instituições de ensino. No caso do Pará, Lauro Sodré, em seu discurso explicita que a finalidade da formação não é a criação de intelectuais e cientistas, mas a preparação do proletário para o trabalho, tornando-o dócil ao sistema. (COSTA, CORRÊA, 2010, p.06)

Porém, esse processo passou por muitas conturbações, entre elas as várias reformas que obrigaram as estudantes do Amapá a se instalarem no Liceu, um colégio apenas para homens, o que não foi bem visto pela população. Sendo sucessor de Lauro Sodré, José Paes de Carvalho chaga ao poder, e seu mandato é marcado pela criação dos Grupos escolares, que se dariam por meio de prédios que serviriam como as instituições de ensino.

Grandes investimentos foram empreendidos nesse sentido, construções vistosas constituíram e constitui o cenário paraense, como forma de unificação da educação no cenário nacional (criando um ideário nacionalista). A criação dos Grupos Escolares “se tendia reorientar a educação estatal e aprimorar métodos e valorização do professor” (COSTA, CORRÊA, 2010, p.08), como modo de solucionar os problemas de falta de investimento

nesse setor e também evidenciar a presença do estado em regiões nas afastadas da capital paraense.

Já com Montenegro, o sistema criado por seu antecessor é levado ao avanço e com isso é criado 26 unidades, porém, com João Coelho há uma estagnada, por principal motivo a crise da Borracha, porém, o mesmo se dedica na fixação de um programa curricular unificado. Com Eneas Martins, o estado passava por grande crise, tendo que fechar escolas ou adapta-las para poder comportar mais alunos.

Em 1917, Lauro Sodré retorna ao poder, após Eneas, onde teve um papel mais formal, mantendo ativas 28 Grupos escolares, criando mais uma e também criando novas faculdades. Logo após veio Antônio Emiliano de Souza, no momento de grande crise financeira ocasionará pela Borracha. Com a chegada de Dyonisio Bentes ao poder do Estado, a educação se voltou para moralidade cívica, focando no uso dos uniformes uma das características dessa nova educação disciplinadora. Erico de Freitas Valle vem com uma nova direção para a educação:

O sistema educacional paraense gradativamente foi assimilando os movimentos dos paradigmas da modernidade e começou a criar estruturas incorporando novos métodos de ensino. Assim, Erico de Freitas Valle ao assumir o Governo do Estado em 1929, estabeleceu algumas medidas que iam além da ação de criar ou reforma dos prédios escolares. Sua política de mudanças atingiu essencialmente a estrutura geral do ensino, pois em todo o país, nesse período, o movimento da Escola Nova estava se disseminando trazendo a proposta de uma educação técnica, o que era essencial para o momento que a nação vivia. (COSTA, CORREA, 2010)

Na pose de Vargas, Magalhães Barata é posto no poder, com isso, implementou uma política mais severa para poder controlar a população e tentou solucionar problemas estratégicos para beneficia-lo:

Esse aspecto permite que se analise um importante aspecto de composição do Estado: o de que é representante de uma parcela social, a dominante, e que, por isso, a possibilidade de isenção em qualquer nível é praticamente impossível. Ainda que se vivesse, e se viva em um país republicano, no qual o governo era e é orientado por princípios para assegurar o bem comum e aplicar as leis igualmente a todos, inclusive aos governos, o que se percebe na prática política, pelas análises da documentação, é uma enorme distorção entre o propalado e a ação, porque as relações sociais eram, e são, revestidas de poder, destacando-se o político. (ROSARIO, op. cit. p. 63 Apud COSTA, CORREA, 2010).

Desse modo foram muitos os passos até chegar ao sistema educacional vigente, visto que não surgiram de uma hora para outra, mas foram sendo construídos a partir de cada governante, que deixou sua marca, e foi se constituindo até o que vivenciamos hoje. Contando com a significância da criação dos grupos escolares e diversas medidas que tornaram educação mais eficiente e abrangente em diversas localidades do estado paraense.

### 3.1 A CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR SILVIO NASCIMENTO

Em consonância com o quadro histórico educacional evidenciado anteriormente no estado do Pará, o atual município de Santa Izabel do Pará<sup>4</sup> não foi diferente, viu-se a necessidade da construção de grupos escolares,

A propagação dos Grupos Escolares, pela evidências coletadas, indica que ela seguiu uma programação, pois, a medida que eram selecionados os locais onde os Grupos deveriam ser implantados, no caso as vilas mais povoadas, fica explícito que o critério não era a necessidade do ensino, mas de auxiliar no desenvolvimento do lugar, posto em uma cidade populosa ter um prédio com arquitetura sublime valoriza o lugar e incentiva novos investimentos do mesmo porte atraindo novos negócios. Nesse sentido, o Governador Augusto Montenegro (PARÁ op. cit. p 26) elenca a relação de onde os 38 Grupos Escolares. (COSTA, CORRÊA, 2010, p.09)

O “Grupo Escolar Sílvio Nascimento” localizado em Santa Izabel do Pará Foi criado por meio do decreto nº 1370 de 06 de abril de 1905, na gestão do governador Augusto Montenegro<sup>5</sup> e inaugurado em 22 de junho de 1905 Inicialmente denominado de Grupo Escolar de Santa Isabel e atualmente sob o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental “Silvio Nascimento”.

“Durante a administração de Augusto Montenegro o sistema de ensino conseguiu ser desenvolvido acompanhando o projeto nacional dos Grupos Escolares” (COSTA, CORRÊA, 2010, p.11). A partir de um decreto do mesmo o grupo escolar Santa Izabel foi criado em 1905 sendo seu primeiro diretor Silvo Nascimento, trocando-se o nome da instituição para Silvio Nascimento, como forma de homenagem ao seu primeiro diretor.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender como se deu o processo de educação na região amazônica, desde a chegada dos Jesuítas até a criação dos grupos escolares, é de grande relevância, pois por meio dessa compreensão percebemos como a educação pode mudar os hábitos de um povo, e como ela foi usada de forma político-religiosa, a fim de garantir os interesses de uma elite. Percebemos ainda, que a cada contexto vivenciado pela sociedade os métodos educacionais evoluíam e eram aperfeiçoados, sem excluir totalmente o modelo que lhe deu base, por isso se faz necessário compreender as raízes da onde surgiram o modelo de educação que temos hoje a

---

<sup>4</sup> Santa Izabel até 1931 tratava-se de uma vila, e que continha um grande contingente populacional em decorrência de ser uma rota da estrada de ferro Belém-Bragança, a qual era utilizada como passagem para escoar a produção agrícola e outros produtos. (BIBLIOTECA DO IBGE)

<sup>5</sup> Então governador do Pará, seu mandato vai de 1901 a 1909.

fim de refletir sobre o que ainda precisamos melhorar, porque olhar para o passado não é parar no tempo, é querer seguir em frente sem cometer os mesmos erros.

### REFERÊNCIAS

CAMURRA, L; TERUYA, T. K. **Escola pública: manifesto dos pioneiros da educação nova e o direito à educação**. Simpósio nacional de educação, v. 1, p. 1-10, 2008.

COSTA, R. P; CORRÊA, P. S. A. **A institucionalização do ensino no Estado do Pará e as reformas educativas materializadas nos grupos escolares**. In: IX Jornada do HISTEDBR, 2010, Belém. Jornada HISTEDBR, 2010. v. 1. p. 1.

DAMASCENO, A. **A historiografia da educação brasileira, o período pombalino e o diretório de 1757**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 14, n. 55, 2014.

FARIA FILHO, L. M. **Instrução Elementar no Século XIX**, IN: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M; VEIGA, Cyntia Greive. 500 Anos de Educação no Brasil. 3 ed, Belo Horizonte: 2003, p. 134-150.

KLODZINSKI, A. F; CORRÊA, R. L. T. **A escola nova em perspectiva historiográfica: primeiras aproximações**. In: [www.pucpr/eventos/educere/educere2007/anaiseventos](http://www.pucpr/eventos/educere/educere2007/anaiseventos) acesso em: 09/04/2017 às 16:35

OLIVEIRA, J. P de. FREIRE, C. A da R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.**

RIBEIRO, P. R. M. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Paidéia (Ribeirão Preto), p. 15-30, 1993.

TOISHIMA, A. M da S; MONTAGNOLI, G. A; COSTA, C. J. **Algumas Considerações sobre Ratio Studiorum e a Organização da Educação nos Colégios Jesuíticos**. Simpósio internacional processos civilizadores: civilização, fronteiras e diversidade, v. 14, 2012.

XAVIER, MESP. **A sociedade agroexportadora e a constituição do ensino de elite (1549-1920)**. OM História da educação: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.